

Corte em sobretaxas já facilita a negociação

ARNOLFO CARVALHO
Da Editoria de Economia

O presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colin, disse ontem que o País vem pagando tantas comissões e taxas aos bancos estrangeiros que só nesta área — sem falar na taxa de juros em si — já será possível obter na próxima renegociação uma "redução substancial" nos custos do serviço da dívida externa, aproveitando a nova disposição dos banqueiros em atenuar as condições de pagamento. Ele prevê a estabilização das taxas internacionais de juros pelo menos até o fim deste ano, dependendo da política monetária americana e do agravamento das tensões no Oriente Médio.

Colin acaba de retornar da Europa, onde participou da reunião de diretoria do E u l a b a n k (Euro-Latinamerican Bank) juntamente com 25 dirigentes de outros bancos, e disse que a principal preocupação dos banqueiros no momento é com a viabilização da retomada do crescimento econômico nos países devedores. "Todos admitem que a próxima renegociação deve incluir prazos mais longos, capitalização dos pagamentos de juros e até mesmo negociação em diferentes moedas além do dólar" — explicou, reconhecendo que os banqueiros americanos dificilmente aceitariam deixar de receber os juros integrais durante algum tempo.

De sua parte, o presidente do BB defende taxas de juros mais baixas, diminuição das comissões e outros encargos financeiros e ainda um período de carência em que não seriam efetuadas transferências de recursos ao exterior, com a capitalização de uma parcela dos juros devidos. "Esta é a fórmula mais falada atualmente, mesmo porque a capitalização de todos os pagamentos de juros dificilmente seria aceita pelos bancos americanos, que deixariam de realizar receitas durante algum tempo e teriam problemas com a legislação local" reconheceu.

Lembrando que o Brasil vem pagando, além da taxa de juros, uma série de encargos que incluem spreads (taxas de risco), flat fee (taxa básica), arrangement fees (taxas de abertura), commitment fees (taxas de comprometimento) e outras, Oswaldo Colin esclareceu que "existe aí muita margem para redução dos custos financeiros da dívida externa". A definição do que será reduzido efetivamente vai depender dos bancos credores, dentro de um processo de renegociação que só será acertado realmente na hora em que as autoridades brasileiras sentarem à mesa para discutir o assunto, no próximo semestre.

Até lá ele acha importante as manifestações políticas dos governos de países

devedores - como a nota enviada aos sete países ricos reunidos na Europa, ou mesmo a próxima reunião entre os chanceleres e ministros da Fazenda do Brasil, México, Argentina, Colômbia, Bolívia, Equador e Peru, nos dias 21 e 22, em Cartagena. "Acho muito importante sensibilizar os governos dos países credores para a gravidade da situação, pois os banqueiros são sensíveis e attitudes que demonstram o interesse dos governos (dos países ricos) em dar sua contribuição através das agências governamentais de crédito" - opinou.

Informou ainda que não pôde comparecer à reunião de Filadelfia, promovida pela International Monetary Conference (da qual o BB é sócio), porque no mesmo dia se realizava em Roma a reunião do Eulabank, onde o BB tem participação acionária. Em seu lugar foi aos Estados Unidos o vice-presidente da Área Internacional do Banco do Brasil, Eduardo de Castro Neiva, que retornou ao Brasil nesta quarta-feira. "Mas foi da maior importância a reunião de Filadelfia, pois houve participação de presidentes de bancos internacionais e de autoridades americanas, além do Fundo Monetário Internacional". Na reunião foi adotada a posição de favorecer o Brasil e o México na próxima etapa de renegociação da dívida.